



ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E ANTROPOLÓGICOS E SUAS RELAÇÕES COM A ECONOMIA NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO PLANALTO NORTE CATARINENSE

Edenir Assis Leite de Paula Rocha¹

Sandro Luiz Bazzanella²

Jairo Marchesan³

RESUMO: Para analisar a gênese e a conformação de uma economia local e, ou regional torna-se importante conhecer aspectos antropológicos constitutivos da dinâmica social, política, histórica de povoamento da região pesquisada. Nesta direção, este artigo é resultante de estudos de aspectos constitutivos do Território da Cidadania do Planalto Norte (TCPN) do Estado de Santa Catarina e sua relação com a conformação das atuais atividades econômicas predominantes no referido território. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica a partir de artigos científicos e obras selecionadas, bem como em documentos sobre etnias e suas práticas econômicas, que adentraram e constituíram o território do Planalto Norte Catarinense a partir do século XVIII. Nesta direção, a pesquisa cotejou estudos e análises em torno das antigas e atuais atividades econômicas desenvolvidas no referido território, com o intuito de incentivar e ampliar a partir de análises sócio históricas e econômicas o debate, as considerações e reflexões sobre as origens das atividades econômicas regionais e seu desenvolvimento na atualidade, como contribuição a compreensão da complexa realidade do Território da Cidadania do Planalto Norte do Estado de Santa Catarina.

PALAVRAS-CHAVE: Aspectos antropológicos, Território do Planalto Norte, Atividades Econômicas.

ABSTRACT: To analyze the genesis and conformation of a local and or regional economy, it is important to know anthropological aspects that constitute the social, political and historical population dynamics of the researched region. In this sense, this article is the result of studies of constitutive aspects of the Northern Plateau Citizenship Territory (TCPN) of the State of Santa Catarina an its relationship with the conformation of the current predominant economic activities in that territory. A bibliographical research was carried out form scientific articles and selected works, as well as documents about ethnicities and their economic practices, which entered and constituted the territory of the Northern Santa Catarina Plateau from the eighteenth century. In this sense, the research compared studies and analyzes around the old and current economic activities developed in the referred territory, with the purpose of encouraging and broadening from social historical and economic analysis the debate, considerations and reflections on the origins of economic activities and their development today, as a contribution to understanding the complex reality of the Northern Plateau Citizenship Territory of the State of Santa Catarina.

KEYWORDS: Anthropological aspects; Northern Plateau Territory; Economic activities

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional. Universidade do Contestado (UnC) – E-mail: edenir@unc.br

² Doutor em Ciências Humanas pela UFSC. Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UnC). E-mail: sandro@unc.br

³ Doutor em Geografia – UFSC. Professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional – UnC. Email: Jairo@unc.br



INTRODUÇÃO

Ao se discutir a influência das etnias colonizadoras do Brasil e da constituição do *ethos* da atual sociedade brasileira, verifica-se em autores como Raimundo Faoro⁴, a influência da cultura lusitana na formação e conformação do Estado brasileiro. Tal cultura se estende desde o cotidiano de vida das pessoas até o processo de gestão e operacionalização das organizações públicas e privadas. Assim, como na organização do sistema político e econômico nacional de Estado, tal cultura também se estende e tem influências marcantes nos aspectos políticos, sociais, econômicos, bem como, nos métodos e processos produtivos. Este artigo é resultante de pesquisa que estudou e analisou o território do Planalto Norte de Santa Catarina, mais especificamente, ao Território da Cidadania⁵ do Planalto Norte (TCPN) – (Figura 01), conforme definido pelo Governo Federal.



Fonte: WASKIEWIC, 2017.

⁴ Faoro, Raymundo. **Os Donos do poder**, 2001, 3ª Ed. Globo. Obra reconhecida no meio acadêmico por se tratar de um estudo sobre as influências lusitanas na conformação do estado brasileiro

⁵ Território da Cidadania foi um Programa, mas, também, uma política pública instituída pelo Governo Federal no ano de 2008. Tinha como objetivo articular, mobilizar e organizar a sociedade civil com o apoio do governo Federal, dos Estados e dos Municípios para a promoção de trabalho, renda, dinamização socioeconômica e superação da pobreza nas regiões mais carentes ou deprimidas economicamente do Brasil por meio de estratégias de desenvolvimento territorial. No entanto, a partir do ano de 2016, com o governo de Michel Temer, o Programa foi sendo desestruturado e desmontado. Para maiores esclarecimentos, ler: KNOREK, Reinaldo (Org). **Território da cidadania: políticas e desenvolvimento**. Curitiba: CRV, 2016.



Assim, em tal território, ainda se verifica na atualidade, influências políticas, econômicas e culturais, vinculadas à cultura lusitana, conforme abordado por Faoro (2001). Tal fenômeno, decorre também, da influência de outras etnias europeias e até norte americanas que imigraram para este território nos séculos XIX e XX, impactando consideravelmente na cultura local. Tais imigrantes e suas culturas, influenciaram significativamente na instalação de atividades econômicas extrativistas, dentre elas, a exploração da madeira para atender aos interesses mercantis norte americano e europeu. Ressalta-se que tais atividades não foram ou seriam implantadas pelo caboclo ou nativo da região. Em contrapartida, os diversos grupos étnicos residentes nesta região contribuíram na condição de mão-de-obra na exploração e entrega de bens naturais disponíveis do referido território, para atender aos interesses econômicos locais, nacionais e internacionais.

Sob tais pressupostos, ao se conhecer as etnias e a história da formação antropológica de um determinado território, talvez seja possível compreender os fatos e as condições constitutivas da caracterização do sistema produtivo de um território e explicar suas dificuldades econômicas, sociais e políticas. Considerando tal hipótese, a problemática central deste artigo pode assim se apresentar: quais as possíveis contribuições das etnias colonizadoras do Território da Cidadania do Planalto Norte na composição das atividades produtivas existentes?

A colonização do referido Território é significativamente heterogênea, dificultando, de certa forma, a definição de qual seria a etnia predominante, se não determinante na conformação do atual cenário social, político e econômico local. Com isso, objetiva-se ao longo deste artigo identificar possíveis contribuições destas etnias na composição das atividades produtivas do Território mencionado, identificando através de revisão bibliográfica, fatos e acontecimentos, que contribuíram para o atual cenário que se caracteriza pelo incipiente dinamismo econômico e de baixos indicadores sociais.

TERRITÓRIO: uma abordagem conceitual

Ao definir o universo deste estudo, se faz necessário compreender de forma suficiente algumas concepções teóricas sobre o conceito de território. Além disso, vincular



o referido conceito com a proposta do governo federal sobre o que seria um território, especialmente o “Programa dos Territórios da Cidadania”.

Ao conceituar território, Santos (1977-1978), considera que a utilização do espaço pelo povo constitui o território, e, este, por sua vez, não se apresenta neutro, não serve apenas de “tela de fundo” e inerte. Ao utilizar o termo “tela de fundo”, Santos (1977-1978), se refere à influência direta sobre o espaço, o ambiente, na formação sócio-cultural de uma sociedade. E que, o inverso também é verdadeiro, ou seja, o espaço passa a assumir a dimensão de território quando é ocupado e, nele se estabelecem relações de poder. Evidentemente não se pretende neste artigo o aprofundamento da discussão sobre o conceito de espaço, território e territorialidade muito bem estudadas e analisadas por Milton Santos (1926 - 2001). No entanto, pretende-se oferecer aos leitores de outras áreas, possibilidades de reflexão sobre o referido território. Assim, Saquet e Silva (2008, p.8) interpretam o conceito de território:

[...] imutável em seus limites e apresentando mudanças ao longo da história, o território antecede o espaço. Já o espaço geográfico é mais amplo e complexo, entendido como um sistema indissociável de sistemas de objetos e ações, em que a instância social é uma expressão concreta e histórica. O território é um conceito subjacente em sua elaboração teórico-metodológica e representa um dado fixo, delimitado, uma área. Assim, o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. No entanto, a delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, pode ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder⁶ cada vez mais complexo (Saquet e Silva, 2008, p. 8-9).

Fundamentado nesta perspectiva conceitual, pode-se argumentar e justificar que o Programa Territórios da Cidadania proposto pelo governo federal, ampara-se em um recorte territorial. Afinal, delimita algumas áreas do Brasil consideradas deficientes e com problemas socioeconômicos, comparadas a maioria do território nacional. Nesta perspectiva conceitual, associa-se as intenções do Governo Federal em intervir em determinados territórios por meio de políticas públicas nos campos da economia, da educação e da cidadania afirmando direitos civis e sociais. Segundo informações do site

⁶ Gerárd Lebrun em seu livro: “O que é poder” (1984) apresenta uma das concepções de poder advindas das perspectivas analíticas do filósofo francês Michel Foucault. Lebrun assim a apresenta: 1) Porque reduzir a dominação à proibição, à censura, à repressão escancarada? Por que só pensar no poder enquanto *limitador*, dotado apenas de “poder do não”, produzindo exclusivamente a “forma negativa do interdito”? O poder é menos o controlador de forças que seu produtor e organizador. (...). Em suma, o poder não é *um set*, “alguma coisa que se adquire, se toma ou se divide, algo que se deixar escapar”. É o nome atribuído a um conjunto de relações que formigam por toda parte na espessura do corpo social” (LEBRUN, 1984, p. 19/20).



oficial⁷ do Programa Territórios da Cidadania foram delimitados um conjunto de municípios que possuem características ou semelhanças afins de perfil econômico, social, ambiental e de identidade cultural. Assim, o Governo Federal identificou que os quatorze municípios do Planalto Norte Catarinense possuem semelhanças entre si, e a necessidade de intervir nos aspectos sociais, econômicos e ambientais, como forma de contribuir e superar as condições de vida da população humana. O Ministério do Desenvolvimento Agrário⁸ (MDA), em seu Plano Territorial de Desenvolvimento (2006, p.4) considera que o Território da Cidadania do Planalto Norte (TCPN) possui características em comum, dentre elas, origens étnicas, economia baseada no extrativismo e, palco do cenário da Guerra do Contestado (1912 - 1916).

PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA E O TERRITÓRIO DO PLANALTO NORTE CATARINENSE

Oriundo do Programa Territórios Rurais, lançado no ano de 2003 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, se utilizando dos mesmos critérios para delimitações territoriais, o Programa Territórios da Cidadania foi lançado no ano de 2008 pelo governo federal, sob responsabilidade da Casa Civil e coordenação do MDA, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). O decreto de 25 de Fevereiro de 2008, emitido pela Presidência da República e publicado no Diário Oficial da União – Seção 1, página 1; instituiu o “Programa Territórios da Cidadania”, determinando em seu artigo 3º, os critérios para escolha e inclusão das áreas no programa: a) estar incorporado ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário; b) menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) territorial; c) maior concentração de beneficiários do programa bolsa família; d) maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária; e) maior concentração de populações tradicionais, quilombolas e indígenas; f) baixo dinamismo econômico, segundo a tipologia das desigualdades regionais indicadas na Política Nacional de Desenvolvimento

⁷ (<http://territoriosdacidadania.gov.br/>)

⁸ Órgão integrante da administração nacional direta, tendo como áreas de competências no governo federal: reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; e a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. <http://www.mda.gov.br/sitemda>). Com estas competências, cabe ao MDA a coordenação do Programa Territórios da Cidadania.



Regional (PNDR), do Ministério da Integração. O referido Programa objetiva propor mecanismos para a superação da pobreza, que se efetivará a partir da geração de trabalho e renda, utilizando estratégias de desenvolvimento territorial sustentável. Para alcançar tal objetivo, o Governo Federal buscou, dentre outras ações, a prática da inclusão produtiva das populações pobres dos territórios. Assim, promoveu a universalização de programas básicos de cidadania, o planejamento e a integração das políticas públicas e ampliação da participação social.

Segundo Knorek (2014, p.19), a participação da sociedade e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são e foram, fundamentais para a aplicação do Programa. A efetivação ocorreu por meio de transferências diretas de recursos para projetos que se enquadravam em três eixos específicos: 1º) Apoio as atividades produtivas; 2º) Cidadania e, 3º) Direitos, infraestrutura. Os três eixos convergem em sete temas, que resultam em ações, como: 1º) Organização sustentável da produção; 2º) Ações fundiárias; 3º) Educação e cultura, 4º) Direitos e desenvolvimento social; 5º) Saúde, saneamento e acesso à água; 6º) Apoio à gestão territorial e, 7º) Infraestrutura. Dentre os 120 territórios definidos em âmbito nacional, dois se localizavam no estado de Santa Catarina, sendo um deles o Território da Cidadania Planalto Norte (TCPN). Este abrangendo uma área de 10.466,70 Km² e composto por 14 municípios: Campo Alegre, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Matos Costa, Monte Castelo, Papanduva, Três Barras, Bela Vista do Toldo, Porto União, Rio Negrinho e São Bento do Sul.

Segundo informações estatísticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário de 2010 a população deste território era de 357.082 habitantes, dos quais 23,64% viviam na área rural e 76,36% na área urbana. Este Território possuía 12.909 agricultores familiares, 460 famílias assentadas e duas Terras Indígenas⁹. Os principais índices deste Território apresentavam em 2014 as seguintes informações:

⁹ Terras Indígenas: Rio dos Pardos (Porto União) e La Klãno (Rio Negrinho). Fonte: Fundação Nacional do Índio. Disponível em: www.funai.gov.br



Tabela 1: Indicadores sócio-econômicos do Território da Cidadania do Planalto Norte

Lugar	População total (2010)	IDHM (2010)	IDHM Renda (2010)	IDHM Educação (2010)	Renda per capita (2010)
Brasil	190.755.799,00	0,727	0,739	0,637	R\$ 793,87
Território do Planalto Norte	357.039,00	0,719 ¹⁰	0,692 ⁷	0,637 ⁷	R\$ 728,76
Bela Vista do Toldo (SC)	6.004,00	0,675	0,624	0,598	389,28
Campo Alegre (SC)	11.748,00	0,714	0,677	0,636	539,9
Canoinhas (SC)	52.765,00	0,757	0,717	0,692	692,87
Irineópolis (SC)	10.448,00	0,699	0,720	0,567	708,34
Itaiópolis (SC)	20.301,00	0,708	0,700	0,606	625,36
Mafra (SC)	52.912,00	0,777	0,738	0,723	789,53
Major Vieira (SC)	7.479,00	0,690	0,653	0,617	465,76
Matos Costa (SC)	2.839,00	0,657	0,630	0,541	402,83
Monte Castelo (SC)	8.346,00	0,675	0,641	0,581	432,84
Papanduva (SC)	17.928,00	0,704	0,691	0,603	589,35
Porto União (SC)	33.493,00	0,786	0,752	0,724	864,41
Rio Negrinho (SC)	39.846,00	0,738	0,710	0,668	664,58
São Bento do Sul (SC)	74.801,00	0,782	0,763	0,719	923,29
Três Barras (SC)	18.129,00	0,706	0,677	0,639	539,69

Fonte: Atlas Brasil / IBGE. Acesso em 15/09/14

Constata-se a partir das informações estatísticas, que os índices de renda estão aquém dos números nacionais, demonstrando sinais de um baixo dinamismo socioeconômico. A partir das das considerações do governo federal sobre quais seriam as regiões e, ou territórios nacionais que necessitariam de intervenções diretas para a melhoria da qualidade de vida, da redução das desigualdades e, da inclusão social, analisam-se nos indicadores socioeconômicos desse território que demonstravam problemáticas defasagens, quando comparados com os indicadores nacionais.

Sob tais pressupostos, destacam-se algumas discrepâncias como o que ocorria no município de Bela Vista do Toldo. O referido município apresentava renda per capita em 2010 de R\$ 389,28, o que representava somente 49% da média nacional e, 53% da média do próprio território. Outra exemplificação das dificuldades apresentadas pelos índices desse território é o IDHM-Educação do município de Matos Costa, com indicador de 0,09 pontos abaixo da média nacional. Por meio de uma análise vertical, observava-se que somente dois municípios do território apresentavam (dentre os índices selecionados), níveis superiores e que destovam da média nacional, entre eles os municípios de Porto

¹⁰ Cálculo da média entre os índices dos 14 municípios.



União e São Bento do Sul. Os demais municípios, apresentavam pelo menos dois índices inferiores à média nacional. Sob tais prerrogativas é possível compreender os motivos da inclusão do Território do Planalto Norte em um programa de governo, que se utilizava de instrumentos de gestão como a interferência direta para fomento da política de dinamização da economia e melhoria do nível de qualidade de vida e educação da população de um determinado território.

PERSPECTIVAS ANTROPOLÓGICAS DO TERRITÓRIO DO PLANALTO NORTE CATARINENSE

A história da povoação do atual Território do Planalto Norte se apresenta antes mesmo do período colonial. As terras do Planalto Norte eram povoadas por índios das tribos Xokleng e Kaigang, os quais, adaptados ao frio da região diferenciavam-se de outras tribos, como por exemplo, os índios Carijós do Grupo Tupi-Guarani, que ocupavam o litoral catarinense e o Rio Grande do Sul. Valentini (2011, *apud* MARCHESAN, 2011, p. 21) trata com maior profundidade questões relativas a população primitiva encontrada no território em questão, afirmando que “no Planalto, nas florestas que cobriam os vales e as serranias, viviam os Xokleng e os Kaigang, do grupo Gê”. Esses habitantes foram os precursores de alguns dos costumes regionais atuais. Dentre os fatores de identidade deste território, era e é o consumo do pinhão¹¹ para a alimentação humana, e a apreciação do mate¹² como bebida. Thomé (1995, p. 34-35) retrata a primeira população encontrada no território contestado.¹³

Quando os portugueses e os espanhóis chegaram ao Sul do Brasil, encontraram outra população nativa, de vestígios mais recentes, a qual denominaram de índios, anotando-se vários troncos linguísticos tribais. Na área do Contestado, a partir das entradas e passagens dos bandeirantes paulistas, que desciam para o sul e sudoeste, foram registradas as presenças de primitivos grupos Gê, distribuídos entre hordas e tribos seminômades de caçadores e coletores Kaigang e Xokleng, e também dos Guarani, que além de caçadores e coletores, eram agricultores. Nesse tempo é que temos o Espaço Livre caracterizado em toda a sua essência por uma área virgem,

¹¹ Semente do popular Pinheiro Brasileiro do Paraná (*araucaria angustifolia*), espécie vegetal nativa e abundante na região.

¹² Bebida também conhecida como chimarrão, a qual é preparada à base da folha da erva-mate (*ilex paraguariensis*), também espécie vegetal abundante na região.

¹³ A região conhecida como contestada, abrange parte das atuais regiões oeste e planalto norte catarinenses, além do sul e sudoeste do Estado do Paraná.



selvagem, inóspita, acerca de 900 metros acima do nível do mar em média, planalto coberto pela Mata da Araucária. As bandeiras paulistas, compostas por portugueses e luso-brasileiros, com suas expedições de aprisionamento de silvícolas, por um lado, e os jesuítas missioneiros espanhóis, reducionistas e catequizadores dos Guarani, de outro, foram os primeiros brancos a adentrarem no sul do Brasil, disputando o predomínio nas terras a oriente do Rio Paraná, alcançando o Espaço Livre do Contestado, este que lhes servia apenas como trilha de passagem, jamais de paragem.

Thomé (1995, p.35-40), se refere ao “Homem do Contestado Primitivo”, como o “caboclo” ou mestiço, como um dos povos nativos que ocupava às terras livres do Contestado a partir do Século XVIII, na condição de tropeiro, peão, aventureiro, explorador, sesmeiro, posseiro ou livre, oriundo do Paraná e do Rio Grande do Sul, de regiões de habitat e de biomas similares. Tal categoria populacional passou a habitar a região de forma avulsa, desorganizada, comparada aos padrões lusitanos e europeus de colonização. Complementando a caracterização do caboclo, Tomporoski (2013, p.21), afirma que os moradores do contestado que não eram imigrantes, compunham um tipo étnico não muito preciso denominado “caboclo”, ou “sertanejo”, o qual caracterizou-se pelo modo de vida, pelas tradições e costumes, vislumbrando além de uma simples ideia de mistura étnica entre indígenas, negros foragidos da escravidão e descendentes de lusos.

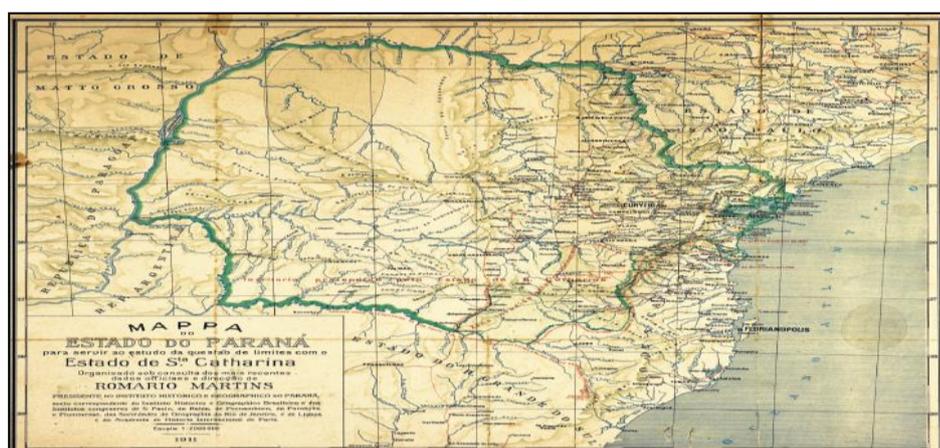
Numa perspectiva cronológica, ressalta-se que não são identificados marcos históricos precisos, nem datas que definem ou distinguem uma “fase” de outra. No entanto, partir da entrada dos bandeirantes paulistas, principalmente devido a necessidade de muares para transporte, aumentava-se a povoação dos caboclos e, conseqüentemente, reduzia-se o número de indígenas. Todo esse processo de ocupação territorial ocorreu no período colonial e início da República brasileira, se estendendo por todo o século XIX e, primeiras décadas do século XX. O fato histórico registrado que determinou uma nova fase civilizatória, impactando culturalmente e economicamente na referida região ocorreu no final do século XIX, com a vinda de imigrantes e descendentes europeus, principalmente poloneses, ucranianos e alemães.

Evitando determinar o período, Thomé (1995, pg. 35), classifica estes europeus como pioneiros imigrantes eslavos e germânicos, cuja base econômica era a agricultura familiar. Para o autor, os estados do Paraná e São Paulo seriam os responsáveis pelo incentivo e efetivação desta política colonizadora, principalmente nesta área do Planalto Norte Catarinense cujos territórios eram disputados juridicamente em pelos estados do



Paraná e de Santa Catarina. A partir de 1917, após a Guerra do Contestado¹⁴ e, com a definição dos limites entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, tanto a área setentrional, quanto meridional da região foi definida como regiões catarinenses. Nas figuras 1 e 2, observa-se a indefinição de pertencimento destas áreas comparando dois mapas. O primeiro representa a visão paranaense das delimitações, incluindo as áreas citadas acima, como terras do Paraná. Na segunda figura, demonstram-se a visão catarinense da divergência, incluindo áreas hoje paranaenses (região de Palmas) como terras do estado de Santa Catarina.

Figura 1 - Mapa do Estado do Paraná em 1911.



Fonte: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – Estado do Paraná. (2014)

A partir de tais perspectivas, Thomé (1995, p.35), argumenta que todo o território do contestado seria cenário de projetos de colonização de terras, abrindo assim definitivamente o território, até então “livre” ao processo de colonização. Assim, a partir das referências citadas, pode-se considerar que as etnias que se estabeleceram a partir do final do século XIX no Território do Planalto Norte predominantemente foram a cabocla, alemã, polonesa e ucraniana.

¹⁴ Para um aprofundamento sobre o tema, ler: GALLO, Ivone Cecília D'Ávila, **O Contestado**. Campinas: Unicamp, 1999. MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2004. TOKARSKI, Fernando. **Cronografia do Contestado: apontamentos históricos da região do Contestado e do sul do Paraná**. 2002. Florianópolis: IOESC, 2002.



Figura 2 - Mapa de Santa Catarina em 1913.
Fonte: Ministério Público de Santa Catarina (2014)

ORIGENS DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO TERRITÓRIO DO PLANALTO NORTE CATARINENSE

Quando se estudam as atividades econômicas de um determinado país ou território, adentra-se no campo dos atores que o compõe. São estes que transformam insumos em produtos e serviços para a utilidade humana. Assim, ao pesquisar as origens das atividades econômicas predominantes em determinadas regiões, pode-se utilizar duas linhas de estudo: 1) A primeira, por meio da fundamentação histórica, a qual oportuniza o entendimento das questões sócio-culturais, principalmente étnicas, advindas de imigrantes, que intervêm na implantação de atividades econômicas, considerando que o conhecimento de uma atividade econômica, tende a instauração do segmento produtivo. Um exemplo específico de tal afirmação, foi o que ocorreu no território do Estado do Rio Grande do Sul, conhecido como “serra gaúcha”. Quando os imigrantes alemães e italianos implantaram o cultivo da uva e a produção de vinho, o que antes era uma atividade inexistente. 2) A segunda visão, seria da geografia econômica, que segundo Thisse (2011, p. 17) “busca explicar por que as atividades econômicas optam por se estabelecer em determinados lugares, com o resultado de que em alguns locais, algumas têm mais sucesso



que outras”. Nessa linha, Thünen (*apud* THISSE, 2011, p. 20) considera o espaço, um bem econômico e um substrato de atividades econômicas.

Com isso, pode-se considerar que as atividades econômicas decorrem da relação entre a oferta e a demanda de insumos e produtos; oportunidades de negócios geradas por centros de consumo e características regionais favoráveis às atividades. Ou seja, não se verifica uma ênfase para as questões sócio-culturais como sendo determinantes na implementação de uma atividade econômica. Reconhecendo tais estudos para a análise das origens econômicas do Planalto Norte Catarinense pode-se remontar uma cronologia baseada em fragmentos históricos sobre os primórdios da economia local. Uma das primeiras atividades econômicas desenvolvidas nas primeiras vilas do Planalto Norte Catarinense foi o tropeirismo. Assim, o transporte de gado e mulas eram as principais atividades por volta de 1770, quando se apresentou a necessidade de buscar animais nas regiões de Vacaria (RS) e de Lages (SC). Tais movimentações advindas daquela atividade econômica, predominante até meados do século XIX, constituíram vilas e, mais tarde, municípios no Planalto Norte Catarinense.

Ainda no século XIX, com a valorização da erva-mate em outros centros regionais, esta atividade econômica passa a ser explorada pelos caboclos locais, considerados por Machado (p. 336) como os principais trabalhadores da região. É neste período que se inicia a imigração de europeus no território, trazendo uma cultura de trabalho diferenciada e organizada produtivamente em relação aos povos nativos. No entanto, é interessante destacar que as primeiras levas de imigrantes não impactaram consideravelmente no modo de trabalho e economia da região.

Na virada do século XIX para o XX, cresce a presença de imigrantes europeus: alemães, poloneses e ucranianos. Uma primeira leva, demograficamente pouco significativa, amalgamou-se à população local e muitos imigrantes e seus descendentes adotaram o mesmo modo de vida e subsistência da população pobre nacional, “acaboclando-se” (MACHADO, p. 336, 2004).

Sob tais pressupostos, numa primeira análise é possível considerar que parte dos imigrantes europeus “acaboclam-se”, adotando um modo de vida de “subsistência”, impedindo o aprofundamento e/ou desenvolvimento de atividades econômicas diferenciadas e estratégicas para a composição e diversificação das atividades econômicas



locais. Ou seja, não se verifica influência representativa por parte dos imigrantes na economia local. Nesta perspectiva, foram os europeus que se adaptaram aos costumes da vida cabocla, permitindo compreender que as atividades produtivas e o modo de trabalho, ainda que primitivas, se mantiveram presentes. Machado complementa a argumentação:

Outra leva de imigrantes foi direcionada a projetos de colonização oficiais (Iracema, Moema, Colônia Vieira) ou patrocinados pela *Lumber* (colônias em estações ao longo da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande), em territórios obtidos à custa da expropriação da população nacional (2001, p. 336).

Esse interesse na mão-de-obra europeia, com perfil capitalista é explicada pelo historiador TOMPOROVSKI (informação verbal¹⁵), o qual pondera que o caboclo do território não possuía divisão entre a vida pessoal e profissional. Essa visão profissionalizada do trabalho foi imposta pela colonização europeia, e, posteriormente, pela empresa *Lumber*¹⁶, que promoveu imigração europeia e norte americana de significativas proporções para a região. Com aglomerações maiores e mais organizadas, os imigrantes tiveram melhores condições para desenvolverem e constituir uma sociedade com suas identidades, mantendo seus costumes e métodos de trabalho. Os centros de colonização oficiais, citadas anteriormente pelo autor eram terras paranaenses até 1917. Atualmente, integram o município de Itaiópolis (SC). A partir do referido ano, após a Guerra do Contestado¹⁷, intensificaram movimentações econômicas na região, algo verificado por Thomé (1995, p. 35):

[...] todo o contestado, antes livre, no momento seria cenário de projetos de colonização de terras para a introdução de **novos colonos**, de diferentes etnias, e alvo de intensa devastação florestal pela **indústria madeireira**, com o que surgiram as primeiras povoações, nasceram vilas, prosperou o **transporte ferroviário**, abriram-se estradas rodoviárias. Sob a proteção do poder do Estado, nesse território adentrou o **imperialismo norte-americano** e desenvolveu-se com muita intensidade o **modelo industrial capitalista** então já vigente em outras partes do País desde os tempos finais do Império.

¹⁵ Informação conferida em Palestra realizada no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, na Disciplina de Formação Sócio-Histórico-Cultural e Desenvolvimento, turma IX, em Maio de 2014, Canoinhas - SC.

¹⁶ **Lumber:** Denominação para a empresa *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, a qual teve sua maior unidade (serraria) instalada no município de Três Barras (SC).

¹⁷ Para um aprofundamento sobre o tema, ler: MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2004.



Essa citação de Thomé (1995) demonstra aspectos que elucidam as atividades econômicas em curso oriundas do processo de imigração e povoamento do território. Quando o autor denomina “novos colonos”, entende-se que esses seriam imigrantes europeus e, que na sua maioria, seriam agricultores e que atuavam em regime de agricultura familiar. Outro aspecto de destaque é a ênfase conferida à entrada da indústria madeireira no referido território, além da condição depreciativa observada por Thomé ao utilizar o termo “alvo de intensa devastação”. O primeiro grande capital a se instalar na área foi da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*:

A Southern Brazil Lumber and Colonization Company, conhecida popularmente na região como Lumber, foi outra subsidiária da Brazil Railway Company. Criada com base no Decreto nº 7.426, de 3 de junho de 1909, modificado pelo Decreto nº 10.058, de 14 de fevereiro de 1913, teve sua maior serraria instalada em Três Barras - SC, na época pertencente ao estado do Paraná. Neste cenário foi criada a subsidiária Brazil Development and Colonization Company, pelo Decreto nº 9.442, de 13 de março de 1912, que promoveu a vinda de imigrantes basicamente da Europa para colonização ao longo da EFSPRG18. A terra era abundante, livre de insetos tropicais e não tão remota [...] (LIMA 2013, p. 66-67).

Desta forma, evidencia-se que o ramo madeireiro, atividade produtiva predominante na região e presente até a atualidade, é resultado do modelo industrial capitalista norte-americano de fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. Nos mais diversos autores e literaturas não se encontram indícios de que o habitante local, o caboclo, tivesse conhecimento e tecnologia para a exploração comercial das florestas. A instalação do ramo madeireiro é proveniente da entrada de empresas oriundas de outros centros brasileiros, como Joinville (SC), Curitiba (PR) e São Paulo (SP).

Com o desenvolvimento da atividade madeireira, Lima (2013, p. 66) destaca a demanda por alguns produtos e subprodutos, que fizeram deste setor a principal atividade econômica do território até a década de 1930, entre elas: a madeira beneficiada, utilizada principalmente em móveis e construção civil; o carvão e a lenha, utilizados principalmente

¹⁸ Sigla utilizada pelo autor para designar a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande. Sua construção e o impacto social que esta acarretou no território catarinense, contribuíram significativamente com a revolta popular conhecida como guerra do contestado.



para a geração de energia. Nesta linha de análise, Mamigonian (*apud* FILHO, 2001), conclui que o tipo de imigração e a presença de pequena produção mercantil, propiciaram o nascimento de algumas indústrias e a ampliação da divisão social do trabalho, permitindo a formação de um relativo mercado de consumo local. Assim, a população superou seu estado de subsistência. A partir daquele período da história econômica do território, paralelamente ao desenvolvimento da indústria madeireira brasileira, constata-se nos estudos de economistas locais, alguns fragmentos de outras atividades que surgiram a partir do cenário presente, entre eles: a indústria madeireira, exploração da erva-mate, agricultura e pecuária comercial (antes de subsistência). As referidas atividades econômicas, por vezes, surgiam para atender a demanda do consumo local.

Quanto às atividades econômicas voltadas para os artesãos, os dados de Três Barras aparecem no senso do Paraná, lembrando que até 1916, o município pertencia ao Paraná. Nele já havia registro de 01 ferreiro, 02 sapateiros e 01 alfaiate. Quanto aos dados de empresas industriais são registrados 01 moinho, 01 serraria e 01 triturador e 03 vendas polonesas (LIMA, pg. 78, 2013).

Talvez, o que se apresenta como uma das primeiras evidências da atividade fumageira da região, hoje, importante atividade produtiva do território, tanto na questão do cultivo, quanto no beneficiamento do tabaco, foi a indústria de cigarros de um empreendedor polonês, o qual se instalou no município de Três Barras para atender a demanda regional, principalmente dos trabalhadores da Lumber.

Luis Szczerbowski. Natural de Waldovice, na Polônia. Foi ainda proprietário de uma fábrica de cigarros de papel, importando fumo da Turquia. Teve as marcas: Rio Tigre, Três Barras e Norton. Analisando a propaganda divulgada nas embalagens de cigarro identifica-se alguns aspectos sobre o sistema de produção. (LIMA, 2013, p. 80-81)

Tal empreendimento pode ter motivado direta ou indiretamente, a instauração da atividade fumageira no território. Porém, o atual estágio das pesquisas não responde tal questão sobre qual foi a participação desta indústria no cenário econômico regional. Também não há registros de seu destino final. As origens da atual indústria madeireira na região teve início na década de 1970, com o reflorestamento das áreas com espécies exóticas. Segundo Marchesan (2013, p. 31), estas espécies são o pinus¹⁹ e o eucalipto²⁰. Tais

¹⁹Nome Científico: *Pinus elliottii*. Utilizado na produção de móveis e da celulose, matéria-primado papel.



espécies vegetais possuem um ciclo vital de desenvolvimento favorável as atividades econômicas do ramo, em função de sua rápida produção (dez a quinze anos) e gerando lucros econômicos significativos. Nesta perspectiva, são insumos para as atividades industriais do território desde os anos 1990, estas compostas de laminados, papel, celulose e móveis.

ATIVIDADES ECONÔMICAS DO TERRITÓRIO PLANALTO NORTE NA ATUALIDADE

Ao estudar a economia catarinense, Filho (2001, p. 10), demonstrou que “cada região de Santa Catarina tem uma formação econômica específica dentro de um modo de produção maior”. Assim, Santos (1977, p. 89), argumenta que o local se torna, a cada momento histórico, dotado de uma significação particular. Sob tais pressupostos, o pesquisador refere-se à integração entre as atividades, uma complementando a outra. Porém, com características próprias a cada conjuntura histórica e econômica em que se situa. Atualmente, o Território do Planalto Norte Catarinense possui uma formação produtiva calcada principalmente em suas características climáticas, derivadas de suas especificidades geográficas. Historicamente esses fatores contribuíram para que a economia da área se fundamentasse no extrativismo da erva-mate, da madeira e, na agropecuária.

Segundo dados da Associação dos Municípios do Planalto Norte - AMPLANORTE (2014), formado pelos municípios Porto União, Irineópolis, Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Três Barras, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Itaiópolis e Mafra, identificam-se na região do Planalto Norte, algumas atividades que são consideradas estratégicas, com significativo impacto econômico e social: agricultura, pecuária e serviços relacionados: produção florestal, fabricação de produtos alimentícios, produtos derivados da madeira, celulose e papel, máquinas e equipamentos, de móveis e comércio varejista. Na agropecuária, são identificadas algumas culturas, como, por exemplo, a produção de milho, fumo, frutas, soja, batata, criação de gado de leite e de corte, além de suínos e aves. Os municípios de Campo Alegre, Rio Negrinho e São Bento do Sul, inclusos no Território

²⁰Gênero: *Eucalyptu*. Diversas espécies são cultivadas no Território, utilizada principalmente para a combustão em caldeiras industriais e para a geração de energia.



da Cidadania do Planalto Norte, integram a Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina (AMUNESC). Segundo dados da referida Associação (2007), tais municípios possuem atividades econômicas com destaque: agricultura, indústria cerâmica, fabricação de produtos de madeira, máquinas e equipamentos, além de móveis e comércio varejista.

O município de Matos Costa, também integrante do Território do Planalto Norte, pertence a Associação dos Municípios do Alto Vale do Alto Vale do Rio do Peixe – AMARP. Segundo informações da Associação (2014) o município possui economia calcada na agricultura familiar e no reflorestamento de madeira (pinus e eucalipto).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos fatos e das condições contributivas na conformação das atividades produtivas do Território da Cidadania do Planalto Norte, não se apresentou para discussão neste estudo as análises sobre as transferências financeiras realizadas pelo governo federal no âmbito do Programa Territórios da Cidadania, apenas se utilizou o referido recorte geográfico, limitando a pesquisa sobre as origens sociais e econômicas constitutivas da atual estrutura econômica de um território que apresenta baixo dinamismo econômico e empreendedor, bem como índices de desenvolvimento humano inferiores a certas regiões catarinenses e nacionais. Estabelecidos os limites do objeto, trabalhou-se com a hipótese de que conhecendo as etnias que formaram antropologicamente o território, pode-se compreender os fatos e as condições do território. Ao estudar os aspectos antropológicos e o processo de colonização da área, talvez se possa afirmar que não houve necessariamente uma influência direta entre o processo colonizador local e a conformação das atuais atividades econômicas. Porém, a pesquisa possibilitou uma investigação histórica sobre os principais fatos e atividades, que se estabeleceram em âmbito local, oportunizando análises sobre a relação histórica, cultural e econômica local.

De origem extrativista, a maior parte dos desbravadores das terras livres do Território do Planalto Norte Catarinense, mantiveram suas características em segmentos como: o ervateiro e o madeireiro. Ambas as atividades, preservam a característica extrativista, sendo ainda atividades produtivas e representativas do território. Os imigrantes europeus, instalados no século XIX e primeiras décadas do Século XX,



influenciaram consideravelmente no desenvolvimento da agricultura do território, sendo esta a atividade predominante na atualidade. Esses colonizadores eram agricultores no modelo de subsistência. Assim, pode-se relacionar esse formato primitivo de produção agrícola e o processo de distribuição de pequenas áreas de terras aos imigrantes, com a característica atual predominante das propriedades rurais do território, na sua maioria de pequeno porte.

Ao investigar as possíveis influências europeias na economia local, chega-se a consideração sobre esta reconstrução histórica: apenas uma ciência não pode explicar ou buscar a explicação de tais influências. Assim, para que se alcance tal compreensão são necessários conhecimentos advindos da história, da geografia, da antropologia e da economia. A história e a geografia econômica, podem convergir no estudo das origens das atividades econômicas, quando consideram que o conhecimento sobre a atividade de fundo antropológico e hereditário, e as condições regionais para o desenvolvimento de certas atividades (insumos disponíveis), contribuem significativamente para a implementação de atividades econômicas a um determinado território.

Talvez se possa afirmar que no Território do Planalto Norte Catarinense a cultura imigrada não foi determinante para a instauração de atividades ou segmentos que atualmente representam parcela da produção local. Na origem destas atividades produtivas, evidencia-se a influência da indústria norte-americana na constituição das atividades laminadoras (madeiras) e papelreira, por meio do conhecimento no cultivo das florestas exóticas de pinus e eucalipto. A produção de móveis, também representativo na região, não teve influência dos imigrantes, e sim, de empresas que implantaram tais atividades advindas de centros regionais como os municípios de Joinville, Curitiba e São Paulo. Sobre as atividades produtivas, pressupõem-se ligações do povo local com o cultivo do solo (agricultura) e o extrativismo (ervateiro e madeireiro), apesar de também ser influenciado pelo grande capital. As outras atividades produtivas do território são todas estranhas à região, não fazendo parte da composição cultural. Porém, há casos que se destacam como o do setor moveleiro nos municípios de São Bento do Sul (SC) e Rio Negrinho (SC), que geram certa identidade na população, mas que foram implantadas inicialmente por empresas externas.

Sobre a questão sócio-cultural advinda das principais etnias do território, considera-se que a principal influência foi a mudança do modo de se trabalhar, implementada a



partir do século XIX, na qual a relação com o trabalho, antes confundido com a vida familiar cabocla, passa a ser separada, devido a cultura capitalista e, especificamente antropológica dos principais grupos de imigrantes europeus desta região (alemães, poloneses e ucranianos), passando o trabalho a ser a atividade planejada e conduzida de forma individual. Um indício de início de atividade produtiva que chamou atenção foi a indústria de cigarros do polonês Luis Szczerbowski que, importava fumo da Turquia e comercializava as marcas: Rio Tigre, Três Barras e Norton, entre os anos de 1910 e 1920. Essa pode ter sido a primeira atividade fumageira da região, que na atualidade se apresenta representativa para a economia de diversos municípios que compõe o território da Cidadania do Planalto Norte.

Outras atividades não foram possíveis de se verificar no estudo realizado. O que se tem é que após 1917, a região se abriu para a entrada do modelo capitalista de produção, no qual o capital das empresas de grande porte importou novas atividades, se utilizando dos recursos naturais e da mão de obra local, barata e desqualificada. Talvez se possa anunciar como argumento importante, resultante desta pesquisa, que, a maioria das atividades econômicas são “exóticas”, ou exógenas ao território, implantadas pelo capital externo, ou de grandes grupos econômicos nacionais. Ainda nesta direção, uma possível explicação plausível é que a história da povoação do Território da Cidadania do Planalto Norte, não possui mais que 200 anos. Tomando-se em consideração a dinâmica de um processo conformação social é possível considerar que as bases antropológicas do TCPN se apresentam jovens, não consolidando ainda de forma suficiente hábitos, costumes e identidade. Caboclos e europeus, pobres, sem reserva de capital, chocando-se culturalmente e economicamente. Um extrato social vivendo com produção de subsistência, o outro articulado ao sistema de produção capitalista. Nesta dinâmica, o extrato social caboclo marginalizado pelo empreendedor capitalista detentor do capital e operacionalizando o conhecimento tecnológico na intensificação do extrativismo imposto nestas terras. O desafio desta pesquisa, materializada no presente artigo científico foi compreender a relação entre o processo civilizatório e a conformação econômica local. A continuidade de pesquisas desta natureza se apresenta na necessidade de aprofundamento de inúmeras questões, de ordem antropológica, histórica, política, cultural e econômica. Esse aprofundamento poderá possibilitar discussões qualificadas sobre as problemáticas



políticas, sociais e econômicas que rondam ou afligem o referido território e impactam sobre sua dinâmica de desenvolvimento.



REFERÊNCIAS

AMPLANORTE (**Associação dos Municípios do Planalto Norte**). Disponível em: <<http://www.amplanorte.org.br/>>. Acesso em 03 de Mai. 2014.

AMUNESC (**Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina**). Disponível em: <<http://www.amunesc.org.br/>>. Acesso em 03 de Mai. 2014.

AMARP (**Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe**). Disponível em: <<http://www.amarp.org.br/>>. Acesso em 05 de Mai. 2014.

BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>> Acesso em: 15 de jul. 2014.

BRASIL. **Decreto Presidencial de 25.02.2008**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11503.htm>. Acesso em: 07 de fev. 2015.

BRASIL. MDA (**Ministério do Desenvolvimento Agrário**). Brasília, DF. 2006. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php>>. Acesso em 26 mai. 2014.

Cunha, Idaulo J. **Evolução Econômico-Industrial de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC, 1982.

Cruz, Bruno de O. (coord.) [et al.]. **ECONOMIA REGIONAL E URBANA: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011.

Faoro, Raymundo. **OS DONOS DO PODER: Formação do patronato político brasileiro**. 3ª Ed. Rio de Janeiro, Globo, 2001.

Filho, Alcides G. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. Campinas: Unicamp. 2001. Tese de doutorado.

FUNAI. (**Fundação Nacional do Índio**). Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/>> . Acesso em: 10 de Set. 2018.

Gadelha, Regina M. d'A. F. (2013). **“A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX”**. Revista de História, 2º semestre 2013, nº 169. USP. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/index><Acesso em: 29 de Jun. de 2014>.



Gallo, Ivone Cecília D'Á. **O CONTESTADO: O sonho do milênio igualitário**. Campinas: Unicamp, 1999.

IBGE (**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**). Senso 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=421030&idtema=1&search=santa-catarina|major-vieira|censo-demografico-2010:-sinopse>> Acesso em: 15 de jul. 2014.

Knorek, Rocha, Jonas Maciel, Terezinha Scziminski, Patrícia Jacobs. **“TERRITÓRIOS DA CIDADANIA EM SANTA CATARINA: As Ações do Estado Voltadas para o Desenvolvimento Regional”**. Anais. LII Congresso da SOBER. Disponível em: <http://sober.org.br/congresso2014/>. Acesso em 14 de Fev. de 2015.

KNOREK, Reinaldo (Org). **TERRITÓRIO DA CIDADANIA: políticas e desenvolvimento**. Curitiba: CRV, 2016.

Lebrun, Gérard. **O que é o poder**. 9ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984

Lima, Soeli R. S. (2013) **“Capital Transnacional na Região do Contestado: os sinais de modernidade no processo de ocupação”**, en: DALLABRIDA, Valdir R. (coord.). Território, identidade territorial e desenvolvimento regional: reflexões sobre indicação geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial. São Paulo: Liber Ars, 2013. Cap. 3. Pg. 63-86.

Machado, Paulo P. **Lideranças do Contestado: a formação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2004.

Machado, Soeli R. S. (2012) **Capital Transnacional na Região do Contestado: um estudo de caso da Southern Brazil Lumber And Colonization Company em Três Barras (SC)**. DRd – Desenvolvimento Regional em debate, Ano 2, n. 1, jul. p. 31-43. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd>>. Acesso em: 23 de jul. de 2014.

Marchesan, Jairo. (2013) **“A paisagem natural na região do contestado: da exuberância da mata nativa do passado à cobertura vegetal com espécies exóticas no presente”**, en: DALLABRIDA, Valdir R. (coord.). Território, identidade territorial e desenvolvimento regional: reflexões sobre indicação geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial. São Paulo: Liber Ars. 2013. cap. 3, p. 15-32.

PARANÁ. ITCG (**Instituto de Terras, Cartografia e Geociências**). Disponível em: <<http://www.itcg.pr.gov.br/>> . Acesso em: 02 de fev. 2014.



Santos, Milton. **SOCIEDADE E ESPAÇO: a formação social como teoria e como Método**. Boletim Paulista de geografia, nº 54, 1977.

Santos, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

Saquet, Marcos A. **O TERRITÓRIO: diferentes interpretações na literatura italiana**. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

Saquet, Marcos A, S. Silva (2008). “**MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território**”. Geo UERJ: Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre. P. 24-42. Disponível em: < <http://www.geouerj.uerj.br/ojs>>. Acesso em: 12 de Jun. de 2014.

SANTA CATARINA. **Ministério Público**. Disponível em: <<http://portal.mp.sc.gov.br/portal/servicos/imprensa-e-multimidia/noticias/o-primeiro-monge-do-contestado.aspx>>. Acesso em: 02 de fev. 2015.

SEBRAE-SC (**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Santa Catarina**). Santa Catarina em Números: Macrorregião Norte. Florianópolis: SEBRAE/SC, 2013. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sc/artigos/Santa-Catarina-em-N%C3%BAmeros>>. Acesso em: 15 de jul. 2014

Thisse, Jacques-François. (2011) “**Geografia Econômica**”, en: CRUZ, Bruno de O. [et al.] (org.). Economia regional e urbana: Teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: Ipea. 2011. cap. 1, p. 17-43.

Thomé, Nilson. **Ciclo da Madeira – História da Devastação da Floresta da Araucária e do Desenvolvimento da Indústria da Madeira no Contestado no Século XX**. Caçador: Universal, 1995.

Tomporovski, Alexandre A. **O POLVO E SEUS TENTÁCULOS: A Southern Brazil Lumber and Colonization Company as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940**. Florianópolis: UFSC, 2013. Tese de doutorado.

Valentini, Delmir J. **Aspectos históricos e socioculturais da Bacia do Rio do Peixe (1906 - 1916)**. In. Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe: Natureza e Sociedade. Joaçaba (SC): UNOESC, 2011.

www.territoriosdacidadania.gov.br Acesso em: 12 de jul. 2014.